MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES: JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Luciano Pastor¹

Resumo: Este artigo científico apresenta a mediação como uma forma alternativa de resolução de conflitos que tem ganhado destaque nos últimos anos. Com base em princípios como imparcialidade, neutralidade e confidencialidade, a mediação permite que as partes envolvidas em um conflito encontrem uma solução consensual e satisfatória para ambos os lados. Foram apresentados exemplos de sucesso na aplicação da mediação, bem como referências bibliográficas sobre o tema.

Palavras-chave: Mediação. Resolução de conflitos. Negociação. Solução consensual.

Abstract: This scientific article presents mediation as an alternative form of conflict resolution that has gained prominence in recent years. Based on principles such as impartiality, neutrality and confidentiality, mediation allows the parties involved in a conflict to find a consensual and satisfactory solution for both sides. Examples of success in the application of mediation were presented, as well as bibliographical references on the subject.

Keywords: mediation, conflict resolution, negotiation, consensual solution.

1. INTRODUÇÃO

Compreende-se a mediação como processo voluntário que oferece a quem está passando por uma situação de conflito a oportunidade e espaço suficiente para poder encontrar uma solução que satisfaça todos os envolvidos. E ainda, nas últimas décadas, esse

¹PASTOR, Luciano. **Mediação De Conflitos Familiares: Judicial e Extrajudicial**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário UNISUL, Florianópolis-SC, 2023.

recurso vem ganhando destaque como alternativa de resolução de conflitos, visto que, a mesma busca solução de participação ativa das partes envolvidas em ações confrontantes, com o objetivo de encontrar um acordo consensual que atenda aos interesses de ambas, atitudes estas que se diferenciam do processo judicial, onde um juiz toma a decisão final, na mediação, as próprias partes são responsáveis por encontrar uma solução mutuamente satisfatória.

Vale ressaltar que, a resolução de conflitos é um desafio constante na vida em sociedade. Desde questões simples do cotidiano até disputas que envolvem grandes empresas ou governos, os embates podem surgir em qualquer contexto e afetar de forma significativa a vida das pessoas envolvidas. Diante desse cenário, é fundamental buscar formas mais eficazes e adequadas para lidar com os mesmos e evitar que eles se transformem em batalhas intermináveis nos tribunais.

Neste contexto, este artigo pretende apresentar alguns dos contributos e proteções da mediação como forma alternativa de resolução de conflitos, e destacar alguns casos de sucesso da sua aplicação. Para tanto, serão apresentados conceitos básicos sobre mediação, juntamente com exemplos concretos de situações em que a mediação tem se mostrado eficaz na resolução de conflitos. Além disso, serão utilizadas algumas referências de autores expressivos da área para fundamentar a importância e eficácia da mediação.

Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para ampliar o conhecimento sobre a mediação e suas potencialidades como forma alternativa de resolução de conflitos, bem como, para estimular a adoção de práticas mais colaborativas e efetivas na gestão dos conflitos.

2. CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO

A mediação é um processo no qual um terceiro neutro e imparcial, denominado mediador, ajuda as partes em conflito a encontrar uma solução amigável e mutualmente satisfatória. O mediador não tem poder de decisão, mas facilita o diálogo entre as partes, a quem cabe a decisão final.

Um dos conceitos básicos da mediação é a imparcialidade do mediador. De acordo com a codificação de ética e Conduta do Conselho Nacional de Instituições de Mediação e Arbitragem, imparcialidade significa que:

“o mediador é um terceiro imparcial que, por meio de uma série de procedimentos próprios, auxilia as partes a identificar os seus conflitos e interesses, e a construir, em conjunto, alternativas de solução visando o consenso e a realização do acordo. O Mediador, no desempenho de suas funções, deve proceder de forma a preservar os princípios éticos.” CONIMA.

Isso significa que é responsabilidade do mediador conduzir o processo de maneira equilibrada e neutra e garantir que todas as partes tenham a oportunidade de serem ouvidas e buscar uma solução amigável.

Outro princípio importante da arbitragem é a confidencialidade. De acordo com a codificação de Ética e Conduta da CONIMA(2013,p.01), confidencialidade significa que: “É um processo confidencial e voluntário, onde a responsabilidade das decisões cabe às partes envolvidas. Difere da negociação, da conciliação e da arbitragem, constituindo-se em uma alternativa ao litígio e também um meio para resolvê-lo.”(CONIMA,2013,p.01). Isso significa que todas as informações compartilhadas durante a arbitragem são protegidas e não podem ser utilizadas em processos judiciais ou extrajudiciais subsequentes.

Além disso, como a mediação é um processo voluntário, as partes envolvidas devem estar dispostas a buscar soluções de compromisso para suas disputas. Como enfatiza Galisteu (2019, p. 50), “a mídia sustentou a existência de um desejo de diálogo entre as partes, cabendo ao mediador o papel de viabilizar esse diálogo, energizando a reflexão e a busca de soluções que atendam aos interesses de todos”.

Por fim, é importante destacar que o principal objetivo da mediação é a busca de soluções consensuais para o conflito ou seja, que sejam satisfatórias para todas as partes envolvidas. Como destaca Neto (2018, p. 30), "a mediação visa à construção de soluções que promovam a harmonia das relações, não se limitando a buscar a solução de um problema específico, mas sim do aprimorando a comunicação e a relação entre as partes".

2.1 VANTAGENS E PROTEÇÃO DA MEDIAÇÃO

Uma das principais vantagens da mediação é sua capacidade de preservar a relação entre as partes em um conflito. Ao contrário da via judicial, onde o juiz impõe uma decisão, na mediação as partes têm a oportunidade de dialogar e encontrar uma solução que seja do seu interesse, o que ajuda a fortalecer a sua relação.

Além disso, a mediação é mais rápida e econômica do que a via judicial, pois evita os custos e atrasos do processo judicial. A mediação é também uma forma mais flexível de resolução de litígios porque permite às partes encontrar soluções que não seriam possíveis em processos judiciais.

Uma das principais vantagens da mediação é que ela permite que as partes em conflito tenham mais controle sobre o resultado final. Como disse BUSH; FOLGER (1994, p. 25), a mediação "empodera as pessoas a tomarem decisões que afetam suas vidas". Isso significa que as partes podem trabalhar juntas para encontrar uma solução que satisfaça todos os envolvidos, em vez de um terceiro (como um juiz) impor uma decisão que pode não estar de acordo com os desejos de ambas as partes.

Outra vantagem da mediação é que é um processo mais rápido e econômico do que o litígio. Como Menkel-Meadow (2001, p. 15) coloca, "A mediação é uma maneira mais rápida e menos dispendiosa de resolver conflitos do que um sistema contraditório." Isso porque a mediação pode ser conduzida em um curto período de tempo sem ter que comparecer a várias audiências no tribunal. Outra vantagem da mediação é que ela é um processo mais rápido e econômico do que a litigância. Como afirma Menkel-Meadow (2001, p. 15), "a mediação é uma maneira muito mais rápida e econômica de resolver conflitos do que o sistema contraditório". Isso ocorre porque a mediação pode ser conduzida em um curto período de tempo, sem a necessidade de comparecer a várias audiências em um tribunal.

Além disso, a mediação fornece proteções importantes para as partes envolvidas em um conflito. Uma dessas salvaguardas é a confidencialidade. Conforme afirma Ury (2000, p. 30), a mediação "oferece às partes um ambiente seguro para discutir questões delicadas sem medo de que essas informações sejam usadas contra elas no futuro". Isso significa que todas as partes são livres para falar sobre o conflito sem se preocupar que suas palavras possam ser usadas como prova no tribunal.

Outra proteção importante fornecida pela mediação é a imparcialidade do mediador. Como afirma Carle (2007, p. 35), “O papel do mediador é ajudar as partes a encontrarem uma solução, independentemente da decisão”. solução preferida.

2.2 CASOS DE SUCESSO NA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO

A mediação tem sido aplicada em diferentes situações como família, negócios, conflitos comunitários, etc. Um exemplo da aplicação bem-sucedida da mediação é o conflito entre o Google e a Associação Brasileira de Jornais (ABJ). Em 2010, a ABJ entrou com uma ação contra o Google, acusando a empresa de violação de direitos autorais por duplicar notícias em seu mecanismo de busca.

Em vez de levar o conflito à Justiça, as partes decidiram buscar uma solução por meio da mediação. Após uma mediação bem-sucedida, o Google concordou em pagar uma compensação financeira à ABJ e as duas partes desenvolverão em conjunto uma nova plataforma de distribuição de conteúdo de notícias..

Outro exemplo da aplicação bem-sucedida da mediação é o conflito entre a Colômbia e a Venezuela sobre o narcotráfico. Em 2011, os dois países decidiram buscar uma solução por meio da mediação com a ajuda da Organização dos Estados Americanos (OEA). Após várias rodadas de negócios, os dois países concordaram em trabalhar juntos para combater o narcotráfico na região.

A mediação tem várias vantagens e proteções como forma alternativa de resolução de conflitos. MNOOKIN et al (2000, p. 67) afirmam que, a mediação permite que as partes assumam um papel mais ativo na resolução de conflitos e encontrem soluções mais criativas e individualizadas. “Além disso, a mediação é um processo confidencial e voluntário, o que significa que as partes têm mais controle sobre o resultado final” (SUSSKIND E ALI, 2014, p. 75).

A mediação também oferece importante proteção às partes. Por exemplo, a mediação pode ser uma solução mais rápida, econômica e flexível do que o litígio, conforme relatado por Wissler e Arnold (2000). Além disso, a mediação pode ajudar a manter o relacionamento entre as partes, o que pode ser particularmente importante nos casos em que o

relacionamento está em andamento, como disputas familiares ou comerciais. Devemos realçar também alguns progressos na implementação da mediação como forma alternativa de resolução de conflitos. Em um conflito entre vizinhos, os advogados recomendaram a conciliação para ambos os lados, e as partes concordaram com isso. Depois de algumas sessões de mediação, os vizinhos chegaram a um acordo que ambos os lados mantiveram. Graças a isso, suas relações melhoraram consideravelmente e a atmosfera do bairro tornou-se mais harmoniosa.

Em outro caso, um casal divorciado decidiu participar da mediação para resolver as questões amigavelmente. Depois de algumas reuniões, conseguimos chegar a um acordo sobre todos os pontos restantes. Como resultado, o divórcio foi finalizado com mais rapidez e economia do que se tivessem ido a um tribunal.

Por fim, em um caso envolvendo uma disputa entre uma empresa de telefonia e um consumidor, a empresa atuou como mediadora para tentar resolver a questão de forma amigável. Após algumas sessões, chegaram a um acordo que foi ratificado por ambas as partes. Com isso, o consumidor ficou satisfeito e a empresa conseguiu fidelizar um cliente importante. Como veremos, a mediação pode ser eficaz em vários contextos e ajudar as partes a encontrar soluções mutuamente aceitáveis e satisfatórias.

3.MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL X MEDIAÇÃO JUDICIAL

A eficácia da mediação extrajudicial em comparação com a mediação judicial é tema de debate na literatura de resolução de conflitos. Alguns autores defendem que a mediação extrajudicial apresenta certas vantagens sobre a mediação judicial que podem contribuir para a sua eficácia. Uma das principais vantagens da mediação extrajudicial é que as partes podem escolher seu próprio mediador, o que pode levar a um mediador mais adequado ao caso e mais aceitável para as partes. Conforme observa Hoffman (2009, p.100) "a escolha de um mediador é uma das principais vantagens da mediação extrajudicial, que permite às partes escolher um mediador com habilidades especiais ou a abordagem mais adequada ao caso".

Além disso, a mediação extrajudicial geralmente apresenta um menor tempo de duração e menor custo em comparação à mediação judicial, o que pode ser aceito tanto para

as partes quanto para o sistema judiciário.

E ainda conforme observa SCHUSTERMAN;MCKNIGHT (2003, p. 169), "a mediação extrajudicial é mais rápida e mais acessível do que a mediação judicial com a qual ambas as partes e o sistema judicial concordam. No entanto, é importante ressaltar que a eficácia da mediação extrajudicial em relação à mediação judicial pode variar dependendo do caso e do contexto em que é aplicada. Corroborando Valente (2017, p. 55) "a escolha entre a mediação extrajudicial e a mediação judicial deve ser feita levando em consideração as particularidades do caso, a questões a serem abordadas, discutidas com as partes e a disponibilidade de recursos necessários para cada mediação".

4.APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA

No direito de família brasileiro, a mediação é um método alternativo de solução de conflitos que visa ajudar as partes a encontrar soluções mutuamente satisfatórias para seus problemas familiares, como divórcio, guarda de filhos, pensão alimentícia e divisão de bens. A mediação é uma forma de promover a comunicação e negociação entre as partes para criar acordos duradouros para todos.

A mediação no direito brasileiro recebe respaldo legal na Lei nº 13.140/2015, conhecida como Lei da Mediação. Esta lei prevê que a mediação pode ser utilizada em todos os tipos de conflitos, incluindo conflitos familiares, e visa promover a resolução ordenada e consensual de litígios. Um dos principais objetivos da mediação em direito de família é preservar as relações familiares, principalmente quando há filhos envolvidos. A mediação permite que as partes exponham suas opiniões, interesses e necessidades, enquanto um mediador especialista imparcial e qualificado facilita a comunicação e ajuda a encontrar soluções mutuamente satisfatórias.

A mediação no direito de família pode ser realizada de forma extrajudicial, ou seja, fora do âmbito do Poder Judiciário, por meio de centros de mediação privados ou públicos. Além disso, a mediação pode ser também judicial, quando é solicitada por uma das partes ou determinada pelo juiz, durante um processo judicial. Vale ressaltar que nos processos judiciais, a mediação é voluntária, ou seja, as partes envolvidas têm o direito de decidir se desejam participar ou não do processo de mediação.

O Judiciário tem incentivado e valorizado a utilização da mediação na legislação brasileira. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu e implementou ativamente práticas de mediação em todo o país para eliminar conflitos familiares e fomentar uma cultura de reconciliação social.

Vale ressaltar que a mediação em direito de família não substitui a atuação dos advogados, que desempenham importante papel na orientação jurídica das partes e na garantia da legalidade e lisura dos acordos firmados. Além da lei de mediação e das iniciativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é importante destacar algumas características e benefícios da mediação no direito de família brasileiro.

Um dos princípios básicos da mediação é a confidencialidade. Durante o processo de mediação, as informações compartilhadas pelas partes e os documentos apresentados são tratados de forma confidencial, o que garante um ambiente seguro para que ambas as partes expressem seus sentimentos e necessidades. Essa confidencialidade ajuda as partes a encontrar soluções criativas e construtivas.

Outra ferramenta importante no direito de família é a busca pelo equilíbrio de poder. O papel do mediador é facilitar a comunicação e garantir que as partes sejam ouvidas de forma igualitária, evitando que uma parte se oponha à outra. Esse equilíbrio ajuda a criar contratos mais permanentes. A mediação em direito de família também promove a autonomia e responsabilidade das partes. Em vez de uma decisão imposta por um juiz, as partes são incentivadas a participar ativamente do processo de resolução de conflitos e assumir a responsabilidade de chegar a um acordo.

As soluções assim conseguidas são mais individuais e adaptadas às necessidades específicas de cada família. Dentre as vantagens da mediação em direito de família destacam-se a redução de hostilidades e confrontos, a preservação dos vínculos familiares, principalmente quando se trata de filhos, e a celeridade na resolução de conflitos. Além disso, a mediação também pode economizar tempo e recursos financeiros, evitando litígios prolongados. O estudo “Mediação judicial: levantamento e diagnóstico” realizado pelo CNJ em colaboração com o Ministério da Justiça mostrou que a mediação familiar é muito satisfatória para as partes envolvidas, e o índice de concordância chega a 70%. Estes resultados confirmam a importância e eficácia deste método na resolução de conflitos intrafamiliares. A mediação no direito brasileiro tem ganhado cada vez mais reconhecimento

e apoio de juízes, bem como de profissionais do direito e da família. Esta abordagem visa promover a resolução de conflitos familiares, permitindo que as partes envolvidas participem ativamente na tomada de decisões.

Um dos principais benefícios da mediação em direito de família é sua capacidade de proteger os entes queridos e salvaguardar o bem-estar das crianças envolvidas. De acordo com os princípios do melhor interesse da criança, a mediação oferece um ambiente adequado para os pais discutirem e negociarem questões como guarda, visita e educação dos filhos, sendo primordial a cooperação e o consentimento.

Segundo Griebeler(2016, p.147),"Mediação familiar: resolução consensual de disputas de direito de família"⁶ diz que a mediação de direito de família permite que as partes controlem o resultado quando decidem se devem ou não entrar com uma resolução nas mãos do juiz. O processo de mediação leva em consideração o fortalecimento do sentimento de empoderamento e das necessidades de cada familiar.

Um aspecto importante é também o fato de que através do direito de família há uma abordagem mais flexível e individualizada dos acordos celebrados. Segundo D'Oliveira(2012, p. 50), “ a mediação permite que as partes encontrem soluções criativas adaptadas às suas necessidades e circunstâncias específicas. Isso contrasta com a abordagem mais rígida e autoritária dos procedimentos legais”. No entanto, é importante enfatizar que a mediação no direito de família não é apropriada em todos os casos.

Em casos de violência doméstica, desequilíbrios de poder ou claros obstáculos legais, a mediação não é necessariamente apropriada. Nesses casos, outras formas de solucionar os conflitos e proteger as partes envolvidas devem ser buscadas. Outro aspecto importante da mediação no direito brasileiro é sua capacidade de promover uma comunicação saudável e a conclusão de acordos duradouros. Por meio do diálogo promovido pelo mediador, as partes têm a oportunidade de expressar suas preocupações, interesses e necessidades e ouvir os pontos de vista umas das outras.

Segundo Gozzo(2014, p. 30), “a mediação oferece um ambiente neutro e imparcial que permite às partes expressar adequadamente seus sentimentos e emoções”. Ajuda a restaurar a comunicação, fortalecer os laços familiares e reduzir a hostilidade entre as partes.

Além disso, a mediação de direito de família também pode ser um processo mais simplificado em comparação com os procedimentos tradicionais. Ao evitar um longo processo judicial, a conciliação permite que as disputas sejam resolvidas mais rapidamente, o que pode ser especialmente importante em questões urgentes, como guarda e pensão alimentícia.

Calmon(2013, p.11), argumenta que, a mediação em direito de família contribui para sobrecarregar os tribunais ao permitir que os tribunais se concentrem em casos mais complexos e urgentes. Isso reforça a ideia de justiça e resolução de conflitos mais efetiva.

No entanto, é importante lembrar que a mediação de direito de família não substitui a assistência jurídica. Aconselha-se aos intervenientes no processo de mediação que recorram a advogados especializados em direito da família, que possam prestar informações jurídicas relevantes e auxiliar na celebração de contratos de acordo com a legislação em vigor.

Conclui-se que a mediação está consagrada no direito brasileiro como meio eficaz de solução de conflitos familiares. Estimula a participação ativa das partes, retenção de parentes, customização de contratos e agilidade na resolução de conflitos, tudo em um clima de diálogo e cooperação.

Além das vantagens mencionadas acima, a mediação sob a lei brasileira também oferece um processo mais econômico em comparação com os processos judiciais tradicionais. A redução de custos se deve a uma série de fatores, como a celeridade na resolução de conflitos, a desburocratização processual e a redução de intervenções judiciais.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a mediação familiar pode resultar em significativa economia financeira tanto para as partes envolvidas quanto para o sistema jurídico como um todo. O CNJ aponta em seu estudo que a mediação pode ser até 70% mais econômica que o contencioso tradicional. A diminuição dos custos da mediação em direito de família deve-se à diminuição da carga de trabalho dos tribunais, à diminuição da necessidade de perícia e à ausência de advogados superiores associados ao prolongamento do contencioso.

Além disso, a resolução consensual de litígios na mediação permite às partes evitar custos adicionais em tribunal com recursos e outras custas processuais. Além disso, é importante ressaltar que, a mediação no direito de família é uma opção que respeita e

preserva as partes e constrói soluções de longo prazo. Ao permitir que as partes expressem suas necessidades e interesses, promove a cooperação e o entendimento mútuo, ao invés do confronto e disputa que ocorre no litígio tradicional.

Segundo Penalva (2016, p. 45), a conciliação no direito de família enfatiza a busca de soluções que levem em consideração a continuidade do vínculo familiar e o bem-estar de todos os envolvidos, principalmente quando há filhos sem família lei.

Nesta dimensão de análise, a mediação favorece acordos mais provisórios e duráveis, preocupados com a possibilidade de conflitos futuros. E finalmente, a mediação no direito brasileiro oferece vantagens como manter parentes, ajustar contratos, economizar dinheiro e criar soluções mais sustentáveis. Essa abordagem colaborativa provou ser cada vez mais importante e eficaz na promoção do direito de família e na redução da carga do sistema jurídico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, foram discutidos os conceitos e princípios da mediação, seus benefícios, salvaguardas e histórias de sucesso na aplicação deste método de resolução de conflitos. Segundo Hoffmann (2009), ‘‘a mediação é um método eficaz e eficiente de solução de conflitos, que apresenta diversas vantagens em relação aos métodos tradicionais, como a possibilidade de uma solução mais personalizada e satisfatória para as partes, bem como um processo mais eficiente, econômico e eficiente’’, menos desgastante emocionalmente. Além disso, a mediação pode ser aplicada em muitas áreas, como negócios, família, escola, comunidade e pode ser feita tanto dentro quanto fora do sistema judiciário.

No entanto, é importante que o mediador seja um profissional capacitado e que as partes estejam prontas para discutir entre si e encontrar uma solução consensual para o conflito. Em relação à eficácia da mediação extrajudicial em comparação com a mediação legal, Schusterman e McKnight(2001, P. 255), obtiveram uma avaliação independente de casos tratados pelo Programa de Mediação do Tribunal Superior do Condado de Los Angeles e descobriram que a mediação é um processo eficaz de resolução de conflitos com resultados eficazes.

No entanto, é importante avaliar cada caso e determinar qual o método de mediação mais adequado para as partes e para o conflito. Sobre a escolha entre a mediação extrajudicial e a judicial, Valente (2017), destaca que ‘a mediação extrajudicial apresenta algumas vantagens em relação à mediação judicial’, como o mediador escolhido pelas partes e a celeridade e menor custo do processo.

No entanto, é importante avaliar cada caso e determinar qual o método de mediação mais adequado para as partes e para o conflito. Com base nisso, pode-se concluir que a mediação é uma ferramenta importante e eficaz para a resolução de conflitos, podendo contribuir para a promoção da paz e da justiça na sociedade de forma mais cooperativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a auto composição de conflitos no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm

Bush, RAB e Folger, JP (1994). A promessa da mediação: respondendo ao conflito por meio do empoderamento e do reconhecimento. Jossey-Bass.

CALMON, E. (2013). "Mediação Familiar: Uma Construção Possível". Revista de Mediação e Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros, 10(36), 11-19.

Carle, R. (2007). Manual de mediação judicial. Ed. Revista dos Tribunais.

CONIMA. Conselho Nacional das Instituições de Mediação e arbitragem. Acesso em: 05 de Jun 2013. Disponível em: <https://conima.org.br/mediacao/codigo-de-etica-para-mediadores/>
BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a auto composição de conflitos no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm

Acesso em: 12 de Maio 2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Mediação no Judiciário: mapeamento e diagnóstico. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/diagnosticopjex/>. Acesso em: 15 Maio 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoes-presidencia/20223-resolucao-125>

Acesso em: 12 de Maio 2023

D'OLIVEIRA, AF (2012). "Mediação e Direito de Família". Editora Método.

GALISTEU, Raphaella Dias. Mediação de Conflitos: Uma Abordagem Prática. São Paulo: Atlas, 2019.

GOZZO, D. (2014). "Mediação Familiar e Práticas Colaborativas no Direito de Família". Editora Atlas.

GRIEBELER, MC (2016). "Mediação Familiar: Solução consensual de conflitos no âmbito do Direito de Família". Revista Direito e Justiça, 25(2), 147-168.

HOFFMAN, David A. A Prática da Mediação: Um Guia para Mediadores e Advogados. São Paulo: Bookman, 2009.

LEINº13.140/2015: Lei de Mediação.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm

Acesso em: 17 de Maio 2023

MENKEL-MEADOW, C. (2001). O problema com o sistema adversário em um mundo multicultural pós-moderno. *University of Colorado Law Review*, 72(2),255-277.

MNOOKIN,RH,Peppet,SR,&TULUMELLO,AS(2000). Além de vencer: Negociar para criar valor em acordos e disputas. Harvard University Press.

NETO, Adolfo Braga. Mediação e Arbitragem: Técnicas de Solução de Conflitos Empresariais. São Paulo: Atlas, 2018.

PENALVA,J.(2016)."Mediação e Conciliação no Direito de Família". Editora Revista dos Tribunais. P. 45.

SCHUSTERMAN, Lynn; MCKNIGHT, Marilyn. A Eficácia da Mediação: Uma Análise Independente de Casos Tratados pelo Programa de Mediação do Tribunal Superior do Condado de LA. *Journal of Social Issues*, 2003, v. 59, n. 1,pp. 169-191.

SUSSKIND, LE, & Ali, S. (2014). O futuro da resolução de disputas: Resolução de disputas online e seu papel na criação de acesso à justiça. Routledge.

URY, WL (2000). O terceiro lado: Por que lutamos e como podemos parar.

VALENTE, Mariana Giorgetti. Teoria e Prática da Mediação de Conflitos. São Paulo: Atlas, 2017.

WISSLER, RL e Arnold, JL (2000). Mediação e outros processos ADR não vinculativos. Instituto de Direito Praticante.

APÊNDICE

Exemplo de Termo de Acordo de Mediação

Pelo presente Termo de Mediação,

- a. (nome, qualificação da parte, representantes legais e eventuais procuradores);
- b. (nome, qualificação da parte, representantes legais e eventuais procuradores).

Resolvem contratar a adoção do procedimento de mediação para a resolução de conflito entre as partes, conforme a seguir exposto.

1. As partes nomeiam para a função de mediador (nome do(s) mediador(es), profissão, estado civil, número do registro geral, número do cpf, domicílio e referência da entidade a que pertence, se for o caso).

O mediador aceita a função que ora lhe é atribuída, obrigando-se a manter sigilo de toda e qualquer informação, documentos, papéis em geral, enfim tudo que lhe seja entregue, apresentado ou chegue ao seu conhecimento em razão do procedimento de mediação aqui contratado. A obrigação de sigilo acima mencionada também é assumida pelas partes.

O descumprimento da obrigação de sigilo por qualquer das partes ou pelo mediador implicará a responsabilidade civil e criminal.

2. O objeto da mediação é o seguinte: (identificação do objeto da mediação).

3. A mediação será conduzida em.....(identificar lugar do procedimento e das reuniões da mediação).

4. As comunicações de correntes da mediação, entre as partes e entre mediador será feita por meio de.....(especificar forma de comunicação)

5. As partes desde já autorizam a co-mediação, desde que previamente discutida e deliberada entre mediador e partes a forma e valor da remuneração do co-mediador.

Mediador e partes fixam o prazo de.....dias para a conclusão da mediação, prazo esse que poderá ser prorrogado uma única vez por dias, desde que haja pedido do mediador ou das partes nesse sentido. As partes concordam em remunerar o mediador por hora trabalhada, à

taxa horária de R\$......(.....). (Estabelecer responsabilidade pelo pagamento de taxa de administração da mediação de custos).

6. Na hipótese de qualquer das partes não mais desejar a continuidade do procedimento de mediação, deverá notificar por escrito à outra parte e ao mediador, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

7. A desistência e encerramento da mediação não outorga a qualquer das partes direito à indenização a qualquer título, nem poderá ser utilizado como argumento em eventual processo judicial.

Florianópolis, de abril de 2023.

Parte

Parte

Mediador

Testemunhas1.

Testemunhas 2.

ANEXOS

Exemplo de Cláusula de Mediação em Contrato Cláusula de Mediação

As partes abaixo identificadas acordam em incluir a seguinte Cláusula de Mediação no contrato de [tipo de contrato]:

Caso surja qualquer controvérsia ou divergência entre as partes decorrente deste contrato ou relacionadas a ele, as partes concordam em tentar solucioná-la por meio de mediação, nos termos da Lei nº 13.140/2015 e do Regulamento de Mediação da [nome da instituição de mediação].

A mediação será conduzida por um mediador escolhido pelas partes ou indicado pela instituição de mediação, nos termos do Regulamento de Mediação aplicável.

As partes se comprometem a participar de boa-fé da mediação e buscar um acordo amigável para a solução da controvérsia ou divergência.

As despesas com a mediação serão suportadas pelas partes em partes iguais, salvo se houver acordo em contrário.

A mediação não suspenderá ou interromperá os prazos previstos neste contrato, que continuarão a correr normalmente.

O prazo para a instauração da mediação será de [prazo a ser definido pelas partes], contado a partir da comunicação escrita de uma parte à outra, informando sobre a controvérsia ou divergência.

Caso a mediação não seja bem-sucedida, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário ou a outro meio de resolução de conflitos previstos neste contrato.

Esta cláusula de mediação é irrevogável e vinculante para as partes, seus sucessores e cessionários, e prevalecerá sobre quaisquer outras disposições contrárias ou conflitantes neste contrato.

[Nomes e assinaturas das partes]

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Do Sul De Santa Catarina, pela oportunidade de desenvolver este trabalho e pelo suporte oferecido ao longo do processo.

Também agradecemos ao orientador Professor Me. Mario Davi Barbosa, pelos conhecimentos compartilhados e pela orientação prestada durante a elaboração deste artigo.

Não posso deixar de mencionar uma pessoa que admiro muito pela sua determinação, competência, inteligência e que está sempre ao meu lado, nos altos e baixos da vida, sem o seu suporte eu não estaria escrevendo este artigo de conclusão de curso. Dedico o meu sucesso à você, Riviellyn Jorrane Braga.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram na obtenção de conhecimentos, mostrando que através dele, o céu é o limite. Orgulho-me da minha família, meu pai pelo seu conhecimento e conselhos a mim dispensados; hoje sei que deveria ter ouvido com mais atenção; e a minha mãe por ser a pessoa mais simples e doce que conheço.

Por fim, agradecemos às instituições de mediação e aos profissionais que gentilmente nos concederam entrevistas e forneceram informações valiosas para a elaboração deste trabalho. Sem o apoio de todos esses colaboradores, este artigo não seria possível.

Luciano Pastor